Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

A INCORPORAÇÃO DAS MULHERES NO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DO REGIONAL

Ana Clara Medina Menezes de Souza[1]
Ana Maria Hasckel[2]
Luiza Oechsler[3]
Rita de Cássia da Silveira Cordeiro[4]
Luciana Butzke[5]

Resumo

A maioria dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento Regional foi criada nos últimos 24 anos. Esse fato lança um duplo desafio: avançar na construção do campo (a discussão sobre o regional) e incorporar temas emergentes. O objetivo deste artigo é analisar os principais enfoques teóricos do desenvolvimento e do desenvolvimento regional, desde uma perspectiva dos feminismos no contexto de construção do campo, dos PPG e dos Grupos de Pesquisa. A metodologia contemplou revisão bibliográfica e consulta a documentos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da

[1]Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Brasil. acmmsouza@furb.br

[2]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Brasil. amhasckel@furb.br

[3]Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Brasil. luioechsler@furb.br

[4] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Brasil. ritalab@furb.br

[5] Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Brasil. lbutzke@furb.br

FURB e do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento regional (NPDR). Dentre os resultados obtidos, destacam-se: (i) o levantamento dos principais enfoques feministas de desenvolvimento; (ii) os enfoques da Reprodução Social e da Interseccionalidade e a questão regional e (iii) a trajetória do PPGDR e do NPDR e a importância da inclusão de temas emergentes na construção do campo do regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; feminismos; Programas de Pós-graduação; Reprodução Social; Interseccionalidade

THE INCORPORATION OF WOMEN IN THE DEBATE ON DEVELOPMENT AND THE CONSTRUCTION OF THE REGIONAL FIELD

Abstract

Most of the Postgraduate Programs (PP) in Regional Development were created in the last 24 years. This fact poses a double challenge: to advance in the construction of the field (the discussion about the regional) and to incorporate emerging issues. The objective of this paper is to analyze the main theoretical approaches to development and regional development, from the perspective of feminisms in the context of the construction of the field, the PP and the Research Groups. The methodology included a bibliographic review and search through the documents from the Postgraduate Program in Regional Development (PPGDR) of FURB and the Research Core in Regional Development (NPDR). Among the results obtained, the following stand out: (i) the survey of the main feminist approaches to development; (ii) the approaches of Social Reproduction and Intersectionality and the regional issue; and (iii) the trajectory of the PPGDR and the NPDR and the importance of including emerging themes in the construction of the regional field.

Keywords: Regional Development; feminisms; Postgraduate Programs; Social Reproduction; Intersectionality.

1 Introdução

Nas últimas duas décadas, a criação de Programas de Pós-Graduação (PPG) em Desenvolvimento Regional no Brasil se intensificou, refletindo uma necessidade crescente de abordar as especificidades regionais no contexto de um mundo globalizado. Essa expansão apresenta um duplo desafio: avançar na construção de um campo teórico e metodológico sólido, especialmente em relação à discussão sobre o regional, e incorporar temas emergentes que reflitam as mudanças sociais, econômicas e ambientais contemporâneas.

O objetivo deste artigo é analisar os principais enfoques teóricos do desenvolvimento e do desenvolvimento regional, a partir de uma perspectiva dos feminismos, no contexto da construção do campo, dos PPG e dos Grupos de Pesquisa. Especificamente, o artigo busca discutir como os enfoques da Reprodução Social e da Interseccionalidade contribuem para a compreensão das dinâmicas regionais e para a inclusão de temas emergentes nos currículos dos PPGs.

A metodologia deste estudo foi dividida em duas etapas principais: a) revisão bibliográfica que examina as teorias feministas de desenvolvimento, com enfoque especial para a Reprodução Social e da Interseccionalidade; b) consulta em documentos oficiais, teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR). A análise desses documentos permitiu a obtenção de um panorama da evolução teórica do PPGDR e

do NPDR ao longo dos últimos 24 anos, com mudanças na abordagem dos temas feministas e emergentes.

O presente artigo se insere na sessão temática "Questões teóricas e metodológicas do desenvolvimento" por sua proposta de analisar as formas que as teorias feministas de desenvolvimento assumem, além de manifestarem as perspectivas teórico-metodológicas sobre a Reprodução Social e a Interseccionalidade, que discutem o papel da mulher no desenvolvimento. Essas perspectivas são analisadas junto com a construção do campo do regional, tanto em sua dimensão teórica e metodológica quanto na prática institucional dentro do PPGDR e do NPDR.

A análise apresentada visa, além de aprofundar a compreensão das dinâmicas feministas no desenvolvimento regional, oferecer subsídios para que outros PPGs possam incorporar esses temas em suas propostas, de forma a contribuir para a construção de um campo inclusivo e diversificado. Espera-se que este estudo sirva como um ponto de início para outras futuras pesquisas que explorem a complexa relação entre gênero, desenvolvimento e território.

2 Enfoques feministas do desenvolvimento

A presença das teorias feministas inseridas nas teorias críticas do desenvolvimento manifesta um progresso na compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que salientam a experiência das mulheres em múltiplos contextos. Estas teorias, além de ampliarem a estrutura das análises críticas, são

capazes de introduzir novas perspectivas que questionam e desafiam as estruturas tradicionais de conhecimento.

As teorias feministas no campo do desenvolvimento têm se concentrado na crítica das estruturas patriarcais e capitalistas que, por sua vez, estruturam a desigualdade de gênero, influenciando diretamente como as políticas e práticas de desenvolvimento afetam homens e mulheres. Feministas como Wendy Harcourt (2016) e Sasha Roseneil (2016) exploram como as mulheres são frequentemente marginalizadas nesses processos, buscando não apenas entender essas dinâmicas, mas também promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Além disso, teóricos como Marcus Taylor e Peter Newell, em seu livro The Political Ecology of Climate Change Adaptation (2017), discutem como as desigualdades de gênero estão enraizadas nas práticas de desenvolvimento e adaptação climática, especialmente nas regiões periféricas.

Autoras como Judith Butler (2003) e Joan Scott (1995) trazem contribuições fundamentais: Butler, com a teoria da performatividade de gênero, questiona a firmeza das identidades de gênero ao propor uma visão dinâmica e construtivista; já Scott é conhecida por contribuir à história das mulheres e por seu trabalho ao considerar gênero como uma categoria analítica crucial. Butler argumenta que o gênero é um ato performativo, reiterado através de normas sociais, e não uma essência fixa. Isso desafia a visão binária de gênero e abre espaço para entender identidades trans e não-binárias. Scott, por sua vez, enfatiza a importância de historicizar o gênero, mostrando como as estruturas de poder moldam as relações

de gênero ao longo do tempo, influenciando não apenas as mulheres, mas todas as identidades de gênero.

A interseccionalidade surge como um conceito primordial na compreensão das formas de opressão que afetam indivíduos em suas diversas identidades sociais. Este conceito foi difundido por Kimberlé Crenshaw em 1980, e analisa como categorias como gênero, raça, classe, sexualidade se interagem e criam experiências únicas de discriminação e privilégio. Este enfoque destaca que as opressões não podem ser entendidas isoladamente, mas sim de forma correlacionada. Assim, interseccionalidade se torna um instrumento para análise crítica e políticas inclusivas, capazes de garantir que a voz feminina seja ouvida nas discussões sobre justiça social (Crenshaw, 1991).

Aníbal Quijano (2005) introduz o conceito de "colonialidade do poder", fundamental na compreensão de como as relações de gênero foram reformuladas pelo colonialismo. Esta narrativa é ainda difundida por autores como Achille Mbembe, que discutem a "necropolítica", ou seja, o uso do poder social decretando a vida e a morte, e como isso se entrelaça com questões de gênero. Quijano argumenta que, além de explorar economicamente, o colonialismo impôs uma hierarquia racial e de gênero que atualmente. Mbembe (2018), por sua vez, verifica como o poder colonial e pós-colonial faz da violência uma forma de controle das populações, com destaque para as vulnerabilidades das mulheres em óticas de conflito e opressão.

Ainda há outros nomes como Gloria Anzaldúa (2004) e Rita Segato (2007) com perspectivas interseccionais que integram pautas como gênero e raça. Anzaldúa

foca nas fronteiras e nas identidades híbridas. Em sua obra Borderlands/La Frontera, a autora aborda as identidades fronteiriças e a resistência cultural, com destaque para a vivência de mulheres chicanas e a interseção de opressões. Já Segato, assim como Mbembe e Quijano, explora as violências de gênero e os contextos coloniais. A autora é conhecida por examinar como as heranças coloniais perpetuam a violência contra as mulheres, especialmente na América Latina, e ainda critica as instituições que normalizam essas práticas.

A interseccionalidade, ao reconhecer a interação das identidades e opressões, oferece uma análise inclusiva das desigualdades sociais. Integrando as teorias de Judith Butler sobre performatividade de gênero, Joan Scott sobre a historicização do gênero, Gloria Anzaldúa (2004) e Rita Segato com as interseções de gênero e raça, e as críticas de Gayatri Spivak e Donna Haraway ao pós-colonialismo e também ao ambientalismo, é possível verificar como diferentes formas de opressão se interconectam e se reforçam. A teoria da colonialidade do poder de Aníbal Quijano e a necropolítica de Achille Mbembe permitem a compreensão de como o poder colonial e pós-colonial continua desenhando as relações de gênero de maneira desigual. Portanto, a interseccionalidade não apenas amplia a compreensão teórica, mas também direciona as práticas políticas e sociais a serem sensíveis às diversas experiências de opressão. Esse enfoque é primordial para a construção de estratégias de resistência e transformação que atendam às necessidades de todos os grupos marginalizados, neste caso, as mulheres.

Partindo para autores contemporâneos, pesquisadores como Verónica Gago (2021) e Julieta Paredes (2008) também contribuem no campo das teorias feministas

no desenvolvimento ao trazerem enfoques que combinam ativismo e o ambiente acadêmico. Gago traz uma valiosa perspectiva com seu trabalho sobre a "economia popular feminista". A autora analisa como as mulheres, na economia informal, criam redes de solidariedade e resistência, em uma economia que valoriza o cuidado e o bem-estar comunitário. Paredes, com suas perspectivas feministas comunitárias, desafia as narrativas econômicas tradicionais propondo novas formas de pensar a economia a partir das experiências e resistências das mulheres. A autora, portanto, enfatiza a importância das lutas comunitárias das mulheres indígenas, que defendem a terra e os recursos naturais contra as práticas neoliberais, ao sugerir uma alternativa voltada aos valores comunitários e de reciprocidade.

A influência de teóricos como Stuart Hall (2014) e Immanuel Wallerstein (2004) também é considerável. Hall, com sua abordagem culturalista, e Wallerstein, com sua teoria do sistema-mundo, trazem passos analíticos na compreensão das relações entre gênero, cultura e economia no desenvolvimento regional. Hall, sendo o pioneiro nos estudos culturais, estuda como a identidade é construída pelas relações de poder e práticas culturais, importante para o entendimento da construção social do gênero. Wallerstein, com sua análise do sistema-mundo, ressalta como o capitalismo global cria desigualdades estruturais que afetam desmedidamente as mulheres, especialmente nas regiões periféricas.

O debate sobre reprodução social também é crucial para compreensão da dinâmica social ao contexto feminino, se manifestando às atividades e responsabilidades necessárias para a manutenção da vida cotidiana e das gerações futuras. No contexto feminino, a reprodução social envolve não apenas a

responsabilidade sobre a reprodução biológica, mas também o trabalho doméstico e de cuidados, sendo majoritariamente invisível e não remunerado.

Autoras feministas como Silvia Federici (2004) e Nancy Fraser (2016) apontam que a reprodução social é central na sustentação do capitalismo, na lógica que o trabalho de cuidados sustenta a força de trabalho. Federici expõe que o trabalho doméstico, é uma forma de exploração das mulheres e que subsidia o capital ao proporcionar a reprodução da força de trabalho que não possui custos ao capitalista. Já Fraser explora como a crise da reprodução social está relacionada à crise do capitalismo, havendo a necessidade de políticas que valorizem o trabalho de cuidados. Ambas as autoras criticam a desvalorização do trabalho doméstico, argumentando que a luta feminista deve incluir a remuneração do trabalho de reprodução social.

No contexto do desenvolvimento regional, a reprodução social é uma questão crítica, do ponto de vista que são as mulheres (frequentemente) as responsáveis pelo bem-estar da família (e da comunidade), pois desempenham um papel crucial na sustentação das economias regionais. Em contrapartida, seu trabalho é comumente desvalorizado e invisibilizado, fortalecendo as desigualdades de gênero. É desta forma que a análise da reprodução social se mostra essencial ao permitir o entendimento das dinâmicas de poder que sustentam as desigualdades de gênero, bem como para o desenvolvimento de políticas que promovam a justiça social e a igualdade de gênero.

O feminismo decolonial surge como uma resposta ao feminismo (ocidental) tradicional, destacando as experiências das mulheres negras e indígenas. Esta

perspectiva reconhece que as formas de opressão colonial e capitalista continuam desenhando as vidas das mulheres de forma desproporcional, buscando assim desafiar tais estruturas a partir da valorização de saberes e práticas locais. Nomes de pensadoras como Maria Lugones (2014) e Oyèrónké Oyewùmí exprimem como o colonialismo definiu uma visão eurocêntrica de gênero que desvalida as tradições e conhecimento das sociedades colonizadas. Oyewùmí traz uma crítica à imposição de categorias de gênero ocidentais sobre as sociedades africanas, onde nesta as relações sociais eram baseadas em critérios como a senioridade, ao invés de um binário de gênero. Em outras palavras, esta perspectiva de interação social era baseada por posição hierárquica, sem considerar o gênero masculino ou feminino. Lugones, por sua vez, avalia como as mulheres indígenas e afrodescendentes resistem às imposições coloniais e desenvolvem formas de solidariedade e resistência. A autora propõe que o colonialismo, além de explorar economicamente, impõe uma estrutura de gênero que marginaliza e desumaniza as mulheres indígenas e afrodescendentes.

Tais perspectivas decoloniais deixam claro uma crítica categórica ao feminismo hegemônico, propondo uma análise que considere as variadas camadas de opressão e resistência que caracterizam as experiências das mulheres em espaços colonizados. Isto não apenas desafia as estruturas de poder existentes, mas também oferece outras formas de pensar e praticar o feminismo sobre uma iniciativa inclusiva e que valorize a diversidade das experiências das mulheres em todos os espaços e regiões.

3 Enfoques da Reprodução Social e da Interseccionalidade e a questão regional

A Reprodução Social pode ser entendida como a forma pela qual as sociedades perpetuam suas estruturas e relações sociais ao longo do tempo, envolvendo a transmissão de valores, normas, comportamentos e condições materiais de uma geração para outra, garantindo a continuidade das relações de poder e status social existentes. Karl Marx, em "O Capital", discute a reprodução social no contexto da reprodução do capital e das condições de produção, analisando como o sistema capitalista não só se perpetua ao longo do tempo, mas também como as relações sociais de produção são mantidas e reproduzidas (Marx, 1985a).

Marx foi quem primeiro falou sobre reprodução social, porém sem maior aprofundamento. Seguindo suas premissas e para além delas, as discussões que vem sendo promovidas pelos vários ramos da teoria feminista sobre Reprodução Social, argumentam que o sistema capitalista está intrinsecamente ligado à opressão das mulheres e às desigualdades de gênero, explorando e marginalizando as mulheres de várias maneiras (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Federici (2022) destaca a importância do entendimento do papel das mulheres no processo de Reprodução Social e na perpetuação das relações de poder e hierarquias de gênero. Ela questiona a divisão sexual do trabalho e sua centralidade na Reprodução Social, que coloca as mulheres em tarefas domésticas e de cuidado, atividades frequentemente desvalorizadas e não remuneradas, enquanto os homens estão mais presentes no trabalho produtivo remunerado.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

> [...] é de particular importância que, na sociedade capitalista, a reprodução da vida cotidiana tenha sido associada à reprodução da força de trabalho e estruturada como função não remunerada, "trabalho de mulher". Na ausência de salário, o trabalho doméstico foi tão naturalizado que, para as mulheres, tem sido difícil lutar contra ele sem lidar com um enorme sentimento de culpa e sem que se tornem vulneráveis a maus-tratos. (Federici, 2022, p. 256)

As mulheres são as principais responsáveis por atividades como cuidar de crianças, idosos, doentes e todas as tarefas domésticas que sustentam os trabalhadores. Para ela, essa exploração é essencial para a manutenção das estruturas capitalistas, que externalizam os custos da reprodução social para as famílias, especialmente para as mulheres (Fraser, 2016).

Em 1972, Selma James e Mariarosa Dalla Costa (1977) publicam o livro *O poder das mulheres e a subversão da comunidade*, a primeira publicação que trouxe para o debate as questões do trabalho doméstico e não remunerado, seu valor e a dependência existente entre este trabalho e o capitalismo. Para Tithi Bhattacharya (2023), esta articulação entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo é perpetuada pelo capitalismo que depende das duas formas de trabalho para sua sobrevivência e expansão.

As políticas neoliberais estimulam a crise da reprodução social, uma vez que, ao cortar serviços públicos e redes de segurança social, sobrecarregam ainda mais as mulheres e outras minorias com o trabalho reprodutivo não remunerado. A austeridade e a privatização dos serviços essenciais, que frequentemente transferem os custos das crises econômicas para os cidadãos comuns, aprofunda a precariedade das condições de vida e de trabalho, resultando em aumento da desigualdade e comprometimento do bem-estar das populações afetadas (Bhattacharya, 2023).

Lise Vogel, feminista marxista da Teoria da Reprodução Social (TRS), em seu livro Marxismo e a Opressão às Mulheres: Rumo a uma Teoria Unitária, traz para o campo do debate, a opressão sofrida pelas mulheres a partir de uma perspectiva marxista, procurando integrar a análise da opressão de gênero com a teoria marxista da exploração de classe, propondo uma "teoria unitária" que entrelaça gênero e classe, desafiando tanto o feminismo liberal quanto as abordagens marxistas tradicionais que negligenciam a opressão de gênero (Vogel, 2022).

Seguindo esta premissa, pensadoras feministas contemporâneas sublinham a necessidade de integrar as lutas feministas e proletárias para uma transformação social efetiva, com foco na interdependência entre o trabalho produtivo e reprodutivo na manutenção do sistema capitalista. Ressaltam ainda, que é preciso considerar todas as diferentes formas de opressão, desde as questões de gênero, raça, classe, sexualidade e todas as demais envolvidas. “Um feminismo voltado para a resolução da crise atual deve compreender a reprodução social através de uma lente que também engloba, e relaciona, todos esses eixos de dominação”. (Arruza; Bhattacharya; Frazer 2019 p. 38).

O conceito de interseccionalidade surge em 1989, quando a jurista e teórica feminista Kimberlé Crenshaw (2019), o introduz em seus debates, como referência a relação entre raça e gênero, nos fornecendo uma perspectiva importante para entender a reprodução social. Um conceito que vem ganhando força e se tornando bastante popular e difundido entre os vários atores sociais, nos mais diversos espaços, por ampliar as discussões no que se refere ao complexo cruzamento entre as distintas questões da vida humana e das diversas formas de opressão que perpetuam as desigualdades sociais. As análises abarcadas pela interseccionalidade

trazem, como aspecto fundamental, a capacidade de compreender como diferentes sistemas de opressão e discriminação se sobrepõem e interagem, resultando em formas complexas e interligadas de desigualdade (Crenshaw, 1991, Arruza; Bhattacharya; Frazer, 2019).

Este enfoque revela a complexidade das relações sociais e a necessidade de considerar múltiplos eixos de identidade e opressão na análise da reprodução social. Dentre as inúmeras formas com que as desigualdades e opressões são produzidas e reproduzidas pelo sistema de produção capitalista, a questão regional não pode ser desconsiderada. Afinal, se faz relevante "situar" a problemática, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais de uma determinada região, para que se possa entender todas as nuances que envolvem esse complexo sistema (Schweder, 2023).

4 A trajetória do PPGDR/FURB e do NPDR na inclusão de temas emergentes

O PPGDR/FURB - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB) iniciou as atividades com curso de nível de mestrado no ano de 2000 e doutorado em 2012. Foi o segundo PPG do Brasil instituído na área. Tem como área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável. E está organizado em duas linhas de pesquisa: Estado, sociedade e desenvolvimento no território; e Dinâmicas socioeconômicas no território.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

O Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR), é um grupo de pesquisa certificado pela Capes, e formado em maio de 2000. Tem como enfoque as seguintes linhas de pesquisa: Desenvolvimento regional desigual; e Processos de planejamento e desenvolvimento regional. O principal objetivo NPDR é investigar os processos de acumulação e reprodução de capital no território, sobretudo, na escala regional, tanto na perspectiva interdisciplinar, quanto interescalar. É composto por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, o que favorece a diversidade na interlocução sobre vários aspectos do desenvolvimento regional. (NPDR, 2024)

No âmbito do PPGDR/FURB, alguns estudos têm explorado a questão de gênero e a situação das mulheres em contextos de desenvolvimento regional. Estes estudos se apoiam em uma variedade de enfoques teóricos para examinar como as políticas de desenvolvimento afetam as mulheres, como se dá a sua participação e como resistem a esses processos. Nesse sentido, foi realizado um levantamento de dados secundários, tendo como foco os trabalhos de conclusão do PPGDR. O objetivo foi identificar a produção acadêmica desenvolvida pelo Programa relacionada a temas emergentes e à interseccionalidade que afetam as mulheres.

Os trabalhos de conclusão analisados, dissertações de mestrado e teses de doutorados, foram pesquisados no portal de busca *online* da biblioteca universitária da FURB. Este levantamento foi realizado no período de 31 de julho de 2024 a 04 de agosto de 2024. Neste período o acervo continha 316 trabalhos de conclusão entre dissertações e teses e todos os trabalhos foram analisados.

Os trabalhos identificados para esta pesquisa atendiam pelo menos um dos seguintes critérios:

a) o tema de pesquisa tinha mulheres como protagonistas;

b) o tema de pesquisa estava relacionado a questões de gênero e reprodução social;

c) a pesquisa foi realizada com mulheres;

d) o tema de pesquisa estava relacionado à interseccionalidade.

Também foram considerados para este estudo, os trabalhos em andamento de mestrandos e doutorandos do Programa. Desta forma, para identificar os trabalhos relacionados, foram consultados os docentes que atuam como orientadores, considerando os critérios referidos.

Foram identificados 25 trabalhos, sendo 18 trabalhos concluídos e 7 em andamento, em que 14 são dissertações e 11 teses, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Resumo dos trabalhos identificados como temas emergentes e interseccionalidade

	Título ou palavras-chave	ANO	Dissertação/ Tese?	Tema emergente/Intersecional	Grupo de pesquisa
1	Relações espaço e gênero no universo de um grupo de mulheres que se organizam no morro da pedreira Blumenau/ SC	2002	Dissertação	Tema Emergente	Não identificado[2]
2	A influência da família e da escola na formação do comportamento das mulheres da elite e da classe média do vale do Itajaí/SC entre 1920 e 1960	2002	Dissertação	Tema Emergente	Não identificado[2]
3	Contribuições da economia solidária para o desenvolvimento recente na região do Contestado	2009	Dissertação	Interseccional	Economia Solidária, Trabalho e DR[3]

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

	Título ou palavras-chave	ANO	Dissertação/ Tese?	Tema emergente/Intersecional	Grupo de pesquisa
4	A construção de uma identidade de santa: Amabile Lucia Visintainer	2010	Dissertação	Tema Emergente	Patrimônio Cultural, Memória, Identidade e DR
5	Estratégias de desenvolvimento territorial sustentável: o caso da empresa social *Solidarium* e a experiência do arranjo socioprodutivo de base comunitária do rio sagrado (Morretes – PR)	2010	Dissertação	Interseccional	NPP
6	Mbyá-guarani, alimentação e identidade no território: a aldeia vya , Major Gercino (SC)	2014	Dissertação	Interseccional	Patrimônio Cultural, Memória, Identidade e DR
7	Território e tradição: as práticas de saúde entre agricultores de origem alemã de Vila Itoupava (SC) no contexto do desenvolvimento regional	2016	Tese	Interseccional	Patrimônio Cultural, Memória, Identidade e DR
8	A participação da mulher na construção da cidade contemporânea [recurso eletrônico] : contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau/SC	2017	Dissertação	Tema Emergente	LEC
9	Patrimônio cultural e desenvolvimento no território : [recurso eletrônico] a cuca (kuchen) como elemento emblemático no Médio Vale do Itajaí (SC)	2017	Dissertação	Interseccional	Patrimônio Cultural, Memória, Identidade e DR
10	Territórios de lazer LGBT em Blumenau/SC	2018	Dissertação	Interseccional	LEC
11	Violência, território e desenvolvimento: uma proposta de análise dos homicídios do Brasil baseada nos determinantes socioambientais da saúde	2018	Tese	Interseccional	Grupo de Pesquisa Estudos Midiáticos Regionais

	Título ou palavras-chave	ANO	Dissertação/ Tese?	Tema emergente/Intersecional	Grupo de pesquisa
12	A dimensão econômica solidária de experiências culturais comunitárias no estado de Santa Catarina	2020	Dissertação	Interseccional	Economia Solidária, Trabalho e DR[3]
13	Contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro, Berta ribeiro e Vânia Bambirra para pensar o Brasil e o desenvolvimento regional	2020	Dissertação	Tema Emergente	NPDR
14	Tradição e identidade no território: a alimentação da criança mbyá-guarani no tekoá vy'a em Major Gercino (SC)	2020	Tese	Interseccional	Patrimônio Cultural, Memória, Identidade e DR
15	Do desenvolvimento regional ao cinema: representações da mulher nordestina no cinema brasileiro contemporâneo	2022	Tese	Tema Emergente	LEC
16	Desenvolvimento regional, território e alimento: estudo comparado dos sistemas alimentares tradicionais e o caso da cuca (kuchen) em Blumenau (sc), domingos martins (es) e São Leopoldo (RS)	2023	Tese	Interseccional	NET
17	Gênero, reprodução social e a questão regional no Brasil	2023	Dissertação	Tema Emergente	NPDR
18	Sementes crioulas e agrobiodiversidade em comunidades quilombolas em Santa Catarina: elementos para a formulação de uma política pública	2024	Dissertação	Interseccional	NPP
19	Gênero; reprodução social; questão regional[1]	Em andamento	Tese	Tema Emergente	NPDR
20	Trabalho docente; desigualdades; saúde dos professores; Brasil [1]	Em andamento	Tese	Interseccional	NPDR
21	Ecossocioeconomia; cooperativas de segundo grau [1]	Em andamento	Tese	Interseccional	NPP

	Título ou palavras-chave	ANO	Dissertação/ Tese?	Tema emergente/Intersecional	Grupo de pesquisa
22	Economia do cuidado; relações de gênero; questão regional [1]	Em andamento	Tese	Tema Emergente	NPDR
23	A educação do campo; laços comunitários [1]	Em andamento	Dissertação	Interseccional	NPDR
24	Língua portuguesa; imigrantes; mulheres haitianas; Vale do Itajaí/SC [1]	Em andamento	Tese	Tema Emergente	NPDR
25	Justiça restaurativa; violência doméstica; desenvolvimento sustentável [1]	Em andamento	Tese	Interseccional	Grupo de Pesquisa Estudos Midiáticos Regionais

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

1 - Palavras-chave em substituição aos títulos dos trabalhos em andamento.
2 - Não foi possível identificar o grupo de pesquisa nos portais de busca relacionados.
3 - Grupo de pesquisa atualmente excluído, mas que, na época da publicação dos respectivos trabalhos, estava vigente.

As primeiras produções acadêmicas do PPGDR relacionadas às referidas temáticas foram publicadas em 2002 e tiveram como enfoque as desigualdades de gênero. Neste mesmo enfoque, foram desenvolvidos trabalhos em 2017 sobre a proposta de um modelo urbano inclusivo para mulheres, e as questões de gênero e reprodução social no Brasil (2023). É importante o destaque também aos trabalhos que tiveram como objetivo principal pesquisar mulheres, como a identidade da Santa Madre Paulina (2010); as contribuições de pesquisadoras/autoras mulheres para o desenvolvimento regional (2020); as representações da mulher nordestina no cinema (2022) e a problemática das imigrantes mulheres haitianas (em andamento).

Em 2009 e 2010 foram publicados trabalhos na área da economia solidária, tema interseccional que traz para o debate as questões de gênero, raça e classe social. Outro tema da interseccionalidade que foi abrangido pelos trabalhos do PPGDR, foi a questão da alimentação que tem muita aderência com a questão da divisão sexual do trabalho, com assuntos como alimentação indígena (2014 e 2020), agricultura de origem alemã (2016), cuca como patrimônio cultural (2017 e 2023) e a agrobiodiversidade em comunidades quilombolas (2024).

Vale ressaltar os trabalhos desenvolvidos e relacionados ao território, que abrangem tanto a violência (2018 e em andamento), quanto a questões de gênero, como a problemática sobre o lazer LGBT (2018).

No âmbito do NPDR, foram identificados 7 trabalhos, sendo 2 concluídos e 5 em andamento. A maioria dos trabalhos tem como tema principal: como as questões de gênero e reprodução social estão vinculadas e influenciam na questão regional. A expressiva quantidade de trabalhos em andamento, mostra a ascensão da importância da temática dentro do NPDR. Como um tema emergente, de modo geral, os estudos relacionados a mulheres vêm ocupando espaço na academia e o NPDR acompanha esta tendência.

Para concluir, observa-se que o PPGDR ao longo do tempo tem desenvolvido conhecimento nas temáticas relacionadas às questões de gênero, reprodução social e suas implicações no campo do regional. Entretanto, percebe-se que os trabalhos foram produzidos por pesquisadores de diversos grupos de pesquisa, abrangendo ambas as linhas de pesquisa do Programa, baseados não necessariamente nas teorias feministas. Isso pode significar que não haja um direcionamento para

desenvolvimento de trabalhos na temática das teorias feministas, embora apresente indícios de um movimento gradual para a inclusão destes temas.

Portanto, a integração das teorias feministas nas teorias críticas do desenvolvimento e a produção acadêmica sobre mulheres e gênero no PPGDR da FURB evidenciam um compromisso a ser continuado com a justiça social e a igualdade de gênero. Tais abordagens teóricas, além de enriquecerem a análise crítica do desenvolvimento. A diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas pelos pesquisadores do PPGDR expõem a complexidade dos estudos de gênero e desenvolvimento e a necessidade de continuar explorando e expandindo esses campos de estudo, ampliando a divulgação dos pensamentos das mulheres.

5 Conclusões

O trabalho de Ribeiro (2002) foi fundamental para categorizar os desafios enfrentados pelos PPGs em Planejamento Urbano e Regional, que foram aplicados ao PPGDR da FURB. Esses desafios incluem atualização, pedagogia, interdisciplinaridade, formação, fundamentos de área e dimensão institucional. Cada uma dessas categorias foi explorada à luz das inovações trazidas pela inclusão de temas feministas, proporcionando uma visão crítica sobre a evolução do campo do desenvolvimento regional.

A análise das teorias feministas de desenvolvimento revelou a complexidade e diversidade de enfoques que questionam as narrativas tradicionais de desenvolvimento. Desde os anos 1970, feministas vêm criticando as abordagens

hegemônicas de desenvolvimento que negligenciam as questões de gênero, raça e classe. Entre os principais enfoques teóricos emergentes estão: Mulheres em Desenvolvimento (MED), Mulheres e Desenvolvimento (MD), Gênero e Desenvolvimento (GD), Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento (MMAD), e Pós-Modernismo e Desenvolvimento (PMD).

O enfoque da Reprodução Social, no contexto de MD, exprime como o trabalho reprodutivo e a manutenção da vida, normalmente realizados por mulheres, são cruciais para o funcionamento do sistema capitalista, mesmo sendo invisibilizados nas análises tradicionais de desenvolvimento. A inclusão deste enfoque no estudo do desenvolvimento regional permite novas visões sobre como as dinâmicas econômicas e sociais (locais) são influenciadas por questões de gênero e reprodução social.

De outra forma, a questão da Interseccionalidade, no contexto do GD, explora as diversas maneiras de opressões que indivíduos enfrentam a partir de sua identidade de gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual etc. A aplicação da interseccionalidade no estudo do desenvolvimento regional oferece uma análise detalhada das desigualdades e das formas como elas são reproduzidas em contextos regionais.

Pode-se observar que, embora ainda existam poucas publicações diretamente relacionadas às teorias feministas no PPGDR e NPDR, há um movimento gradual em direção à inclusão de temas emergentes que abordam questões de gênero, raça e classe. Desde 2017, a temática das mulheres e suas intersecções com o desenvolvimento regional tem se expandido, evidenciando um alinhamento com

as demandas sociais contemporâneas. Esse movimento reflete um esforço para integrar discussões críticas que enriqueçam a formação acadêmica em temáticas tão importantes. Embora a bibliografia sobre essas questões ainda estejam se estabelecendo, há uma tendência para uma maior inclusão e diversificação temática nas pesquisas futuras dentro da academia.

O desafio da interdisciplinaridade exige um diálogo contínuo entre diferentes áreas do conhecimento. No PPGDR, isso se manifesta a partir da necessidade de conectar as ciências sociais com a geografia, economia, planejamento urbano e ambiental, para uma abordagem integrativa dos problemas regionais.

O compromisso do PPGDR e do NPDR com o debate inclusivo se mostra fundamental para a construção de um campo de estudo que lida com a diversidade de experiências e perspectivas. No entanto, desafios institucionais (fragmentação do campo, desigualdade de gênero e pressão pela produção científica) são questões a serem enfrentadas.

Referências

ANZALDUA, Gloria. Los movimentos de rebeldia y las culturas que traicionan. In: HOOKS, Bell, et al. Otras inapropiables. *Feminismo desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004, p. 71-80.

ARRUZZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Tithi, FRASER, Nancy. Feminismo para os 99% [recurso eletrônico]: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da Reprodução Social*. Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the Margins*: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. Stanford Law Review, 1991.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. 2. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo*: feminismo e política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

FRASER, Nancy. *Justiça Interrupta: Reflexões Críticas a Partir da "Condição Pós-socialista"*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FRASER, Nancy. Contradictions of Capital and Care. New Left Review, 2016.

GAGO, Verónica. *A Potência Feminista: Ou o Desejo de Transformar Tudo*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

HARAWAY, Donna. *Saberes Localizados: A Questão da Ciência para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial*. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

JAMES, Selma; COSTA, Mariarosa Dallacosta. *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. México: Siglo XXI, 1977

LUGONES, María. *Rumo a um Feminismo Decolonial.* Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro, Tomo 1. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas Latino-Americanas. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

NPDR - Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional. Informações enotícias sobre as atividades do NPDR. Disponível em: https://npdr.wordpress.com/ Acessado em: 02/08/2024.

PAREDES, Julieta. *Tecendo Fino a Partir do Feminismo Comunitário*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2008.

PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. *As Teorias do Desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2016.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RUBIO, Margarita. *Feminismo e Desenvolvimento: Caminhos e Encruzilhadas*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2018.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEGATO, Rita Laura. **La Nación y sus Otros**. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidade. Buenos Aires: Prometeo 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Análise dos Sistemas-Mundo: Uma Introdução*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.